

Cimi vê emancipação como um genocídio

O Popular 4/11/78

O Conselho Indigenista Missionário, presidido por Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, distribuiu ontem à imprensa nota em que afirma que o Decreto de Emancipação dos Índios, enviado ao presidente Ernesto Geisel, significa "a legalização do genocídio".

"Denunciamos repetidas vezes que emancipar os índios nesse momento equivale a entregar suas terras às mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições de defender-se da grilagem ou da execução de dívidas, terminando por serem absorvidos como mão-de-obra barata nas fazendas" diz a nota.

EMANCIPACAO

E o seguinte o teor da nota distribuída ontem à imprensa pela diretoria do Cimi:

"A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em sua última reunião ordinária do ano de 1978, tomou conhecimento do envio ao Sr. Presidente da República, do Decreto de Emancipação dos Índios.

A unanimidade das associações, entidades científicas, religiosas personalidades interessadas na questão indígena e os próprios índios, já repudiaram com veemência os propósitos governamentais de emancipar comunidades indígenas ou indivíduos isolados que apresentem pretensamente os requisitos necessários.

Por que emancipar o índio agora? Nem um argumento foi apresentado à nação, exceto as intenções do Ministro do Interior e do próprio Presidente da República de emancipar pelo menos um índio até o final deste governo, convertendo a emancipação em "questão de honra" dos atuais governantes.

Denunciamos repetidas vezes que emancipar os índios nesse momento equivale a entregar suas terras graciosamente às mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições de defender-se da grilagem ou da execução de dívidas, terminando por serem absorvidos como mão-de-obra barata nas grandes fazendas.

A emancipação, tal como o governo pretende decretar, significa submeter de forma premeditada os povos indígenas a condições de existência que acarretam forçosamente seu extermínio enquanto povos. Para nós, sem meias palavras, esse decreto é a legalização do genocídio.

Não se deve imaginar, porém, que os índios brasileiros serão submetidos a grandes matanças como o foram num passado ainda recente. A época dos bandeirantes e bugreiros já passou. Agora o extermínio dos índios não se fará com o fogo dos bacamartes mas com a fria letra da lei. Na medida em que os governantes se arvoram no direi-

to de "ouvido o índio", emancipar indivíduos, eles não só suspendem sobre a cabeça das lideranças indígenas mais representativas a "Espada de Dâmocles" da emancipação, deixando inclusive entrever a disposição de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional - como também plantam os germes da desagregação tribal dividindo os índios em emancipados e não-emancipados. Caberia perguntar aos idealizadores de tal medida, o que fizeram das belas palavras de respeito à cultura indígena repetidas na Lei 6001.

Perguntaríamos, igualmente, como puderam 190 mil índios desarmados, vivendo num país de 8 milhões de quilômetros quadrados, cercados por 110 milhões de habitantes, se converter em ameaça à Segurança Nacional, a ponto de exigir a presença do Conselho de Segurança nas decisões sobre a questão indígena?

Os governos anteriores, mesmo pondo em prática uma política contrária aos interesses do índio, não erigiram a agressão às populações indígenas em código de Estado, tal como este.

A conduta dos atuais mandatários do país só é comparável, na história da dominação dos povos indígenas brasileiros à atuação do Marquez de Pombal, cuja consequência mais visível foi o completo desaparecimento dos índios do baixo Amazonas.

Espelho fiel dos métodos de decisão vigentes no Brasil atualmente, o decreto de emancipação - como os "pacotes" anteriores a ele - foi gerado às escondidas da nação, no silêncio dos gabinetes ministeriais. Em lugar de regulamentar o Estatuto do Índio, o Poder Executivo, escudado exclusivamente na força do arbítrio, mantendo à distância todos os setores comprometidos com a causa indígena e deixando o Poder Legislativo completamente à margem das decisões, investe contra o texto da lei com o flto de modificá-la. Caso se concretize tal medida, a opinião pública nacional saberá o nome dos responsáveis. Com efeito, os atuais governantes assumirão igualmente sozinhos a responsabilidade pelas consequências desta medida criminosa.

A prática missionária, porém, nos tem convencido de que os povos indígenas deste país, que souberam encontrar os meios para sobreviver à ferocidade dos caçadores de escravos e resistiram a séculos de dominação, ainda saberão encontrar a resposta a essa nova investida de seus inimigos.

Acreditamos que a eles também concerne a profecia de Isaias que nos apresenta o Senhor como Aquele que "julgará os fracos com equidade, fará justiça aos pobres da terra e ferirá o homem impetuoso com uma sentença de sua boca". (Ls. 11,4).